

CRUERJ

CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO

SUPERANDO OS DOGMAS DA AUSTERIDADE PARA SAIR DA CRISE

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais do Rio de Janeiro, integrado pelos reitores da UERJ, da UENF e da UEZO, vêm manifestar preocupação em relação aos contingenciamentos orçamentários que essas entidades vêm sofrendo a partir da política de ajuste fiscal decorrente da queda do preço do petróleo no mercado internacional e da desaceleração da atividade econômica pelo isolamento social corretamente determinado pelas autoridades estaduais e municipais, à preservação da autonomia universitária, bem como à omissão do Governo Federal em cumprir o seu papel na Federação, e ao mesmo tempo apresentar uma postura propositiva, a partir da ideia de que podem contribuir, com seus quadros técnicos, com sugestões e articulações para a superação da atual crise.

Nesses tempos de combate à pandemia da COVID-19, o debate no campo das finanças públicas no Brasil apresenta-se descontextualizado da realidade e das necessidades humanas que vêm sendo reconhecidas por todos os governos nacionais, em toda a parte do mundo, a partir da **adoção de auxílio público para manter empregos e renda, socorrer aos mais necessitados e o sistema de saúde**. Aqui, ainda há numerosas vozes que insistem em impor restrições ao gasto social a partir de chavões anacrônicos como que sua garantia *engessaria* o orçamento impedindo que a administração pública possa fazer ajuste fiscal. **Há que superar essas barreiras ideológicas para evitar os danos humanos e os riscos sociais** decorrentes da tradicional postura de nos mantermos presos ao equilíbrio fiscal como pressuposto de enfrentamento da crise e buscar alternativas possíveis para financiar o gasto público. Não é o isolamento social, enquanto justificado pelo conhecimento científico, que impede soluções para economia e para as finanças públicas. **É o dogmatismo fiscal que poderá deixar os gestores sem espaço para agir segundo os desafios de planejamento.**

De acordo com a repartição de competências que a Constituição Federal estabelece, grande parte das demandas sociais necessárias ao enfrentamento da pandemia estão a cargo de Estados e Municípios, que hoje se encontram em situação de profundo estrangulamento financeiro. Embora não se possa autorizar um explosivo endividamento

CRUERJ

CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO

desses entes federativos, é preciso reconhecer que o sistema nacional de redistribuição dos recursos públicos e os instrumentos fiscais contracíclicos sobre a renda e o emprego, no pacto federativo atual, está centralizado no governo federal, que não pode deixar de dar cumprimento ao seu papel federativo e nem adotar uma postura comparável a uma instituição financeira, exigindo contrapartidas que o momento de crise social não recomenda, em verdadeira chantagem sobre os demais entes federativos.

Nesse aspecto, é espantoso que o governo federal continue tendo dificuldade de fazer o diagnóstico e reconhecer a potência dos instrumentos de política econômica à sua disposição. **Em particular, continua reiterando dois equívocos: primeiro, age como se tivesse em sua arrecadação o limite de seu financiamento; segundo, trata-se como se tivesse as mesmas restrições que Estados e Municípios.** O governo federal não está “quebrado” financeiramente para exigir maiores “sacrifícios” de qualquer ordem e nem precisa depender de arrecadação para se financiar. **Por isso, para a União, não há que se falar em transferir ônus aos contribuintes.**

Está claro para a sociedade brasileira que as **autoridades econômicas federais não querem, espontaneamente, abrir mão de seu orçamento** apesar de a União concentrar a maior parte da arrecadação tributária e ter liberdade de se financiar por emissão de títulos ou monetária, ainda que o preço do cumprimento desse dogma seja uma crise federativa e, o que é pior, o agravamento da crise social daí decorrente.

Como é matéria de juízo de valor e não de limites técnicos, cabe se indagar a razão de expor as finanças dos entes federativos até o limite de quebrar, quando possui condições não só de evitar, como ainda de viabilizar as condições necessárias aos gastos públicos extraordinários acima do previsto para esse ano, o que é fundamental no contexto de enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Nesse sentido, **louvamos as manifestações do poder executivo estadual quando cobram do governo federal medidas emergenciais que compensem a frustração de receita. É acertado aprofundar as ações nessa direção. O maior aspecto a se buscar é uma revisão da relação do Estado do Rio de Janeiro com a União a partir do fortalecimento do federalismo fiscal.** É preciso aprofundar debates e mobilizações conjuntas dos governadores para rediscutir o próprio Regime de Recuperação Fiscal que, nesse ano,

CRUERJ

CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO

poderá ser renovado, esperando-se a fixação de condições mais favoráveis aos Estados, com a revisão de seus termos a fim de incluir questões de interesse do Rio de Janeiro ainda não contempladas. Além das **perdas injustificáveis nas compensações da Lei Kandir, merece também ser questionado os encargos e multas com dívida passada em disputa judicial, anteriores à renegociação 2016/2017.**

Diante disso, o socorro financeiro aos Estados e Municípios não é favor que a União possa fazer de acordo com a sua discricionariedade, por ser essencial ao enfrentamento da pandemia em um cenário que já revelava a debilidade das finanças dos Estados diante do descompasso entre as suas responsabilidades federativas e as receitas a eles atribuídas.

A retração da economia indicada por especialistas para este ano e os seguintes, exigirá além da dotação de recursos financeiros, a dotação de conhecimentos científicos, criados no âmbito das universidades públicas e centros de pesquisas. Portanto, como prescindir da universidade pública, da pesquisa de base e de sua capacidade de interação com a atividade produtiva? **A universidade pública tem condições de contribuir para a solução do problema** envolvendo a gestão dos recursos públicos, apresentando instrumentos de planejamento, desenvolvendo novas tecnologias para avanços nas diferentes áreas de saúde, transporte, meio ambiente, assistência social, educação, novos negócios, além do apoio tecnológico a própria gestão pública.

Além disso, a visão de integração territorial com a **participação efetiva da universidade públicas, centros de pesquisa e de extensão**, pode representar um passo adiante ao apoio a eficiente gestão dos recursos públicos. A necessária reestruturação econômica, vai exigir a indução a um formato de organização produtiva mais eficaz, onde as regiões mais fragilizadas possam alcançar um maior nível de competitividade na sua função de produção. Os resultados de um modelo dessa natureza geram um **aumento da oferta agregada da produção, com aumento de emprego e renda, além de uma maior massa de tributos para as diversas esferas governamentais**. Tais iniciativas revelam a importância da universidade pública, tanto nesse grave momento de pandemia, quanto no momento posterior, onde deverá ocorrer uma consistente reestruturação da sociedade fluminense. **Assim, acentuar a necessidade de apoio governamental para o sustento das**

CRUERJ

CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO

necessidades operacionais e evolutivas das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro é crucial.

Hoje o sentido de responsabilidade pública vai além de uma visão que só prioriza ajuste fiscal a qualquer custo e como pressuposto para tudo. Defendemos sim a **responsabilidade fiscal, mas associada a uma estrutura de planejamento** que permita uma defesa sem trégua dos interesses estaduais no plano nacional. Essa luta terá na comunidade acadêmica estadual um aliado permanente. Inclusive poderá deixar um legado ao fortalecer a aposta em sua própria rede estadual de planejamento, ficando esta cada vez mais comprometida em aproveitar toda a expertise de seus gestores e a sinergia com as competências do sistema público de universidades públicas. Portanto, **definitivamente se afastando de uma retórica de austeridade seletiva** que, ao induzir um cenário de privações, só reserva traumas e ressentimentos sob o risco de perda de capital político.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2020.

Maria Cristina de Assis
Reitora da UEZO

Raul Ernesto Lopez Palacio
Reitor da UENF

Ricardo Lodi Ribeiro
Reitor da UERJ